

A atuação do Serviço Social na Extensão Universitária: as experiências no Projeto Frente de Prevenção à Violência contra Mulheres

The performance of Social Service in University Extension: experiences from the Violence Against Women Prevention Front Project

Nayara Cristina Bueno*

Dioneia Edlyng Maciel**

Patricia Fernanda Nogueira dos Santos***

Resumo: Este trabalho tem por objetivo analisar as atividades desenvolvidas no projeto de extensão universitária: “Frente de Prevenção à Violência Doméstica ou Familiar contra as Mulheres”, executado no ano de 2022 e coordenado pelo Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual do Centro-Oeste. A equipe interdisciplinar do Projeto formada pelas áreas de Serviço Social, Direito e Psicologia realizou ações socioeducativas na comunidade sobre os temas: gênero, desigualdades, violências e formas de enfrentamento. Para construção deste trabalho foi utilizada a metodologia de revisão bibliográfica e a pesquisa documental nos registros profissionais do Serviço Social. O texto está organizado em dois momentos, no primeiro, contextualizamos a extensão universitária enquanto espaço sócio-ocupacional do Serviço Social e, no segundo momento, apresentamos as Ações do Serviço Social no referido Projeto de Extensão. Nas considerações finais discutimos sobre a importância do trabalho socioeducativo com as mulheres participantes do Projeto visando a troca de conhecimento, experiências e vivências, bem como a construção coletiva de alternativas frente às dificuldades enfrentadas. Assim, afirmamos a extensão universitária como espaço importante para a formação profissional e de articulação com o ensino e pesquisa.

Palavras-chave: Trabalho Socioeducativo. Violência de Gênero. Interdisciplinaridade.

* Doutora em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta-Grossa. Mestre em Serviço Social e Política Social pela Universidade Estadual de Londrina e graduada em Serviço Social pela Universidade Estadual do Centro-Oeste. Professora do curso de Serviço Social da Universidade Estadual do Centro-Oeste. E-mail: nbueno@unicentro.br

** Mestre em Serviço Social, pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste. Assistente Social no Centro de Referência de Atendimento à Mulher em situação de violência - CRAM, de Guarapuava-PR, e como Docente do curso de graduação em Serviço Social da Universidade Estadual do Centro Oeste – Unicentro. E-mail: dmaciel@unicentro.br

*** Pós Graduanda em Gestão do Sistema Único da Assistência Social pelo Centro de Ensino Superior de Maringá - UniCesumar. Assistente Social do Projeto de extensão universitária “Frente de prevenção a violência doméstica ou familiar contra as mulheres” da UNICENTRO. Graduada em Serviço Social pela Unicentro. E-mail: santos.patricia.fer@gmail.com



This content is licensed under a Creative Commons attribution-type BY

Abstract: This work aims to analyze the activities of the university extension project named: “Violence Against Women Prevention Front”, which was executed in the year 2022, under coordination by the Social Service Department of Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro). The project’s interdisciplinary team was formed by the areas of Social Service, Law and Psychology and executed socioeducational actions on the topics of gender, inequality, violence against women and ways of confronting it. The chosen methodology for this work were bibliographic review and documentary research in Social Service professional records. The text is organized in two parts: in the first, we contextualize university extension as a socio-occupational locus of Social Service and, in the second, we present Social Service actions in the referred University Extension project. In the final considerations, we discuss the importance of socioeducational work with women participating in the Project, aiming to exchange knowledge, experiences and experiences, as well as the collective construction of alternatives in the face of the difficulties faced. Therefore, we assert university extension as an important locus for the professional training of students and of integration with teaching and research.

Keywords: Socioeducational Work; Gender-based Violence; Interdisciplinarity.

Recebido em 16/11/2023. Aceito em 02/02/2024

INTRODUÇÃO

Este trabalho surgiu da experiência das extensionistas no Projeto “Frente de Prevenção à Violência Doméstica ou Familiar contra as Mulheres”, coordenado pelo curso de Serviço Social da Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro), com financiamento do Programa Universidade Sem Fronteiras (USF), vinculado à Superintendência Geral de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI), do Estado do Paraná.

O Projeto tem como objetivo promover ações para apoiar a atuação dos órgãos e instituições que trabalham com a defesa dos direitos de mulheres e contenção de violência doméstica ou familiar em Guarapuava, visando contribuir para a divulgação e efetivação da Lei Maria da Penha, priorizando o caráter preventivo (Unicentro, 2022).

As atividades tiveram início em fevereiro de 2022 e a equipe foi formada por uma assistente social e estudantes de Serviço Social, Direito e Psicologia, bem como professoras-orientadoras nas respectivas áreas e uma professora coordenadora. A metodologia utilizada no Projeto vincula-se ao trabalho socioeducativo, especialmente com grupos de mulheres da comunidade, facilitando diálogos sobre os papéis sociais de gênero e as relações desiguais, a questão da violência doméstica ou familiar contra as mulheres, os mecanismos de prevenção e o acesso aos serviços da rede de atendimento.

As atividades desenvolvidas foram: (1) reuniões de estudo, discussão, planejamento, preparação de materiais e trabalhos científicos; (2) contatos com instituições parceiras e visitas

institucionais; (3) realização de trabalhos em grupos, rodas de conversa e palestras; (4) participação assídua nas reuniões de articulação da Rede de Enfrentamento à Violência Contra Mulheres de Guarapuava; (5) apresentações de trabalhos em eventos científicos; (6) organização de evento e (7) contribuições no atendimento de mulheres em situação de violência no Núcleo Maria da Penha (Numape) - Unicentro - Guarapuava, nas áreas de Direito e Psicologia (Unicentro, 2023).

No período de um ano, o Projeto Frente contou com a participação de 195 homens e mulheres, usuários e usuárias das políticas sociais, que se informaram sobre a questão da violência contra as mulheres; 72 agentes comunitários de saúde capacitados para reconhecer e encaminhar as situações de violência identificadas; 97 professoras, funcionárias e funcionários de escolas municipais sensibilizados para a temática e informados sobre os canais de encaminhamento; 18 residentes em saúde da Unicentro, também sensibilizados e informados sobre a temática; 78 estudantes de graduação da Unicentro, capacitados no tema; e 153 universitários/docentes/membros da comunidade, informados sobre a questão do assédio contra mulheres, totalizando, assim, 613 participações direitas (Unicentro, 2023).

Considerando que o trabalho se dá em equipe interdisciplinar, além da troca de saberes e práticas, é necessário que profissionais e estudantes aprimorem sua área de atuação, por isso este artigo tem como objetivo apresentar e refletir sobre as ações profissionais do Serviço Social neste Projeto, através de um relato de experiência da prática profissional.

A metodologia utilizada foi a revisão bibliográfica e a pesquisa documental nos registros profissionais do Serviço Social (planejamento da ação, lista de presença e relatório de avaliação), especialmente de um dos grupos socioeducativos realizados em abril de 2022, no Centro de Referência de Assistência Social Arlindo Antonelli - Xarquinho, no qual foi realizada uma roda de conversa com as mulheres que integram o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF).

O texto está organizado em três momentos: o primeiro, a extensão universitária enquanto espaço sócio-ocupacional do Serviço Social; o segundo, a prevenção à violência contra as mulheres na extensão; e o terceiro, as ações do Serviço Social no Projeto de Extensão.

Nas considerações finais, aponta-se que a experiência deste Projeto de Extensão tem evidenciado que o trabalho socioeducativo com grupos é uma estratégia importante para o enfrentamento da violência contra mulheres, que deve acontecer por meio da troca de conhecimentos, experiências e vivências, bem como na construção coletiva de alternativas. Além disso, evidencia-se a extensão universitária enquanto espaço de formação profissional e de articulação com o ensino e a pesquisa.

A extensão universitária e o serviço social

A universidade brasileira nasceu na primeira metade do século XX, mas, segundo Gadotti (2017), foi somente a partir dos anos 1950 e 1960 que ela despertou para o compromisso social. As influências dos movimentos sociais, especialmente da União Nacional dos Estudantes (UNE), possibilitaram o enfrentamento ao elitismo que marca historicamente a educação brasileira.

A ditadura militar (1964-1985) foi um entrave nesse processo, por isso somente “no final dos anos de 1970 e início de 1980 é que ressurgiram vários movimentos populares e organizações não governamentais e sindicais que deram nova vida à Extensão Universitária na perspectiva da Educação Popular” (Brandão, 1982, *apud* Gadotti, 2017, p.2).

Para Sonego e Kolody (2012), a universidade é um espaço privilegiado para a construção, produção e socialização do conhecimento científico. Sendo assim, é através do tripé - ensino, pesquisa e extensão - que o conhecimento se legitima, e a partir desse movimento, professores, estudantes, agentes administrativos e agentes externos refletem sobre o conhecimento científico produzido na universidade, por meio de debates, da investigação e da interação com a realidade social.

No Brasil, a extensão universitária enquanto um meio de proporcionar uma ligação direta entre a universidade e a comunidade, cumprindo uma função social, está prevista na Constituição Federal de 1988 (artigo 207), no princípio da indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão, sendo reafirmada em 1996 na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394/96), que estabeleceu a extensão universitária como uma das finalidades da universidade (Artigo 43) (Brasil, 1988; Brasil, 1996).

No contexto brasileiro, a extensão recebeu influência de outros países. A literatura aponta que essa influência se deu a partir de três vertentes: as universidades populares¹, que surgem na Europa, tendo por objetivo difundir conhecimento técnico ao povo; a prestação de serviços desenvolvida pelas universidades norte-americanas; e o Manifesto de Córdoba de 1918 (Argentina), que reivindica o papel social da universidade. (Kolody *et al.*, 2019).

No geral, podemos dizer que a extensão universitária foi se consolidando a partir da perspectiva que visa aproximar a universidade das demandas sociais. Com isso, enriquece cada vez mais o conhecimento científico e os vários saberes populares, pois a extensão representa “[...] um processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre universidade e sociedade” (FORPROEX, 2012; Nogueira, 2000, p.11).

A interação entre universidade e comunidade, através da extensão, faz com que o contato com a realidade coloque os sujeitos envolvidos nas atividades extensionistas de frente com as diferentes contradições sociais derivadas do capitalismo, como a desigualdade social, a pobreza, o racismo, os conflitos territoriais no campo e na cidade, as situações de violência, entre outras que se materializam na vida cotidiana.

No Serviço Social, a extensão universitária está presente na grade curricular dos cursos de graduação e está regulamentada como prática acadêmica, por isso se constitui em espaço de formação pessoal e profissional de docentes, estudantes e agentes universitários. Com isso, enfrenta os desafios existentes na sociedade e na universidade, no processo de formação profissional.

A atuação do Serviço Social na extensão segue valorizando e reafirmando os princípios ético-políticos da profissão, como, por exemplo, a “opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero” (CFESS, 1993, p. 24). Assim, está vinculado ao projeto de formação profissional defendido pelas instituições representativas da categoria profissional.

A relação que se estabelece entre a extensão universitária e o Serviço Social está na afirmação da perspectiva crítica da formação profissional, comprometida com a transformação social. Assim, reafirma as diretrizes da extensão universitária que orientam a atuação das(os) extensionistas: a interação dialógica; a interdisciplinaridade e interprofissionalidade, a indissociabilidade

¹ A Universidade Popular caracterizava-se por não constituir uma unidade com corpos discentes e docente próprios, e ter como principal atividade a promoção de conferências e cursos gratuitos, abertos à população interessada. (Sousa, 2000, p. 87).

ensino-pesquisa-extensão; o impacto na formação do estudante e, o impacto e transformação social (FORPROEX, 2012).

Diante disso, o Serviço Social tem sido, historicamente, uma das áreas que se inserem nesse contexto defendendo a construção de uma extensão articulada com a perspectiva crítica e o projeto ético-político da profissão. Contudo, esse processo é permeado de contradições, pois há uma tentativa de transformar a extensão em prestação de serviço à comunidade e uma resistência de setores da universidade, tanto na sua popularização, quanto no desenvolvimento de práticas que questionem o modelo tradicional do ensino focado na transmissão vertical de conhecimento.

A extensão, enquanto uma via de mão dupla ou dialógica (Freire, 1985), em que se estabelece uma troca de saberes de forma horizontal no processo de intervenção, é aquela que se vincula ao projeto profissional do Serviço Social, mas exige condições materiais para se desenvolver, ou seja, de investimentos públicos, reconhecimento e valorização. Com isso, é preciso superar a visão de que extensão se faz por militância ou de forma voluntária e assistencialista, e, ainda, sem a necessidade de financiamento.

Um dos caminhos encontrados para efetivar o lugar da extensão no processo de formação profissional é a sua curricularização ou creditação (curricular), com a exigência de, no mínimo, 10% do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação ser destinadas a atividades de extensão, as quais devem fazer parte da matriz curricular dos cursos. Prevista no Plano Nacional de Educação de 2011-2020 e 2014-2024, e regulamentada pela Resolução MEC/CNE/CES nº 7/2018, a extensão passa a ter um lugar reservado no processo de formação, estando no mesmo patamar que o ensino e a pesquisa.

A extensão produz conhecimentos a partir da experiência e confronta o ensino com a realidade social, por isso é essencial em um processo de formação crítica e comprometida com as demandas da comunidade. Esse processo de interação entre universidade e comunidade, além de valorizar o conhecimento popular, produz novos conhecimentos que respeitam a diversidade e a cultura popular.

O curso de Serviço Social da Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro) iniciou as suas atividades em 2001 e, apesar de ter um corpo docente quantitativamente pequeno², no período de 2003 a 2022 realizou mais de quarenta iniciativas de extensão, divididas em projetos, ações e eventos. Em 2022, foram três projetos de extensão coordenados por docentes do curso, sendo eles voltados ao trabalho social com catadores de materiais recicláveis, à defesa de direitos de crianças e adolescentes e ao atendimento e prevenção a mulheres em situação de violência doméstica ou familiar.

A prevenção à violência doméstica e familiar contra as mulheres no âmbito da extensão universitária

O Brasil é o quinto país no mundo que mais mata mulheres de forma violenta. O Atlas da Violência de 2021 demonstrou que, em 2019, ao menos 3.737 mulheres foram assassinadas no Brasil em razão de sua condição de gênero feminino, ou seja, em decorrência de violência doméstica ou familiar, ou quando há menosprezo ou discriminação à condição de mulher. Esse número pode ser muito maior devido à subnotificação e ao crescimento expressivo dos registros de mortes violentas por causa indeterminada, que tiveram incremento de 35,2% de 2018 para 2019. Além

²Em 2023 o curso conta com cinco professoras efetivas e seis professoras/es colaboradores. Para a coordenação de programas e projetos de extensão a regulamentação interna da universidade restringe aos docentes efetivos.

disso, em 2019, 66% das mulheres assassinadas no Brasil eram negras (Cerqueira, 2021), o que demonstra uma ligação direta entre o racismo e o sexismo.

A análise dos últimos onze anos indica que os homicídios de mulheres nas residências cresceram 10,6%, entre 2009 e 2019, e os assassinatos fora das residências apresentaram redução de 20,6% no mesmo período, indicando um provável crescimento da violência doméstica (Cerqueira, 2021). O feminicídio³ é a expressão mais grave da violência contra as mulheres que pode se manifestar nas formas: física, psicológica, sexual, patrimonial e moral (Brasil, art. 5º, 2006).

Desde 2006, um dos instrumentos criados para o enfrentamento da violência contra as mulheres é a Lei Maria da Penha, Lei nº 11.340, que cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Esta Lei é resultado da luta dos movimentos feministas e de mulheres e enfrenta inúmeros obstáculos para sua efetivação, tanto em relação aos investimentos públicos quanto à necessidade de mudanças culturais. As mudanças culturais visam a construção de novas relações entre os sexos em que a igualdade esteja presente. Concorde-se com a afirmação de Bell Hooks (2020) de que a luta feminista por igualdade é incompleta sem os homens e o processo educativo é essencial nesse processo.

Diante desta realidade, são urgentes ações de enfrentamento à violência contra as mulheres, as quais envolvem: prevenção, assistência e garantia de direitos às mulheres. A prevenção refere-se a ações educativas, culturais e mudanças de valores. A assistência pressupõe atendimento especializado (serviços específicos) e a constituição de uma rede de atendimento. A garantia de direitos, o acesso às políticas sociais de saúde, assistência social, educação, entre outras (Brasil, 2011).

A universidade comprometida com a realidade social em que se insere não pode se isentar de ações concretas que interfiram na dinâmica da violência contra as mulheres, por isso pode desenvolver ações de extensão voltadas ao atendimento das mulheres vítimas de violência, como, por exemplo, no Estado do Paraná, os Núcleos Maria da Penha (NUMAPE)⁴, e ações voltadas à prevenção que visam modificar as relações sociais na perspectiva da igualdade entre todas as pessoas.

De acordo com a Política Nacional de Prevenção à Violência Contra as Mulheres, a prevenção se dá com:

[...] o desenvolvimento de ações que desconstruam os mitos e estereótipos de gênero e que modifiquem os padrões sexistas, perpetuadores das desigualdades de poder entre homens e mulheres e da violência contra as mulheres. A prevenção inclui não somente ações educativas, mas também culturais que disseminem atitudes igualitárias e valores éticos de irrestrito respeito às diversidades de gênero, raça/etnia, geracionais e de valorização da paz (Brasil, 2011, p. 25-26).

³ A Lei nº 13.104, publicada no ano de 2015, definiu que a morte de mulheres por razão do gênero é enquadrada como homicídio qualificado, inserindo-se no rol dos crimes hediondos. Destaca-se que o termo *femicide* foi utilizado pela primeira vez em 1976 por Diana Russel para se referir a morte de mulheres causada por homens pelo fato de serem mulheres. Ele possibilita identificar, quantificar e classificar as mortes de mulheres e, assim, construir políticas públicas para o enfrentamento dessa forma de violência, portanto, dá visibilidade a essas situações e permite a construção da luta coletiva para seu enfrentamento (Bueno; Siqueira; Abreu, 2023).

⁴ “O Núcleo Maria da Penha (Numape) presta atendimento jurídico e psicológico gratuito às mulheres de baixa renda e que gostariam de se desvincular de seus agressores, com a realização do divórcio ou reconhecimento e dissolução de união estável, bem como a regularização de visitas e guarda dos filhos, alimentos e partilha de bens, decorrentes da separação.” (Paraná, 2023, s/p).

O “Projeto Frente de Prevenção à Violência Doméstica ou Familiar Contra Mulheres” é um exemplo dessa atuação da Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro), por meio do Departamento de Serviço Social, que tem como objetivo promover ações educativas e culturais de prevenção à violência doméstica e familiar contra as mulheres em Guarapuava/PR. Nesse sentido, intenta apoiar as instituições que compõem a rede de enfrentamento à violência doméstica ou familiar no município, no que se refere à divulgação e à efetivação da Lei Maria da Penha.

Considerando que Guarapuava ocupa a 373ª posição no Mapa da Violência 2015, entre os municípios brasileiros com maior índice de feminicídio (SPPM, 2016), torna-se necessário desenvolver projetos que tenham como foco realizar ações socioeducativas sobre o tema da violência contra as mulheres e a divulgação da Lei Maria da Penha, voltadas a mulheres da comunidade e profissionais da saúde e da educação.

A violência contra as mulheres se constitui como uma das expressões da “questão social” e se manifesta como uma violação dos direitos humanos, por isso tem demandado a intervenção das (os) assistentes sociais em diferentes espaços socio-ocupacionais. No âmbito da extensão universitária, principalmente, se vinculam às ações de prevenção à violência.

Saffioti (2004, p.17) compreende a violência “[...] como ruptura de qualquer forma de integridade da vítima: integridade física, integridade psíquica, integridade sexual, integridade moral”. As mulheres têm sido historicamente sujeitas às situações de violência, ou seja, este é um fenômeno que apresenta um cunho estrutural.

O imbricamento entre o tradicional sistema patriarcal e o capitalismo instituiu uma cultura machista na sociedade, onde as mulheres são consideradas “objetos” dos homens, encontrando-se em desvantagem e vulnerabilidade em várias áreas, que vão desde as relações afetivas, passando pela condição de trabalho mais precarizado e pela frágil representatividade política (Biroli, 2018).

Portanto, essa relação de controle e dominação do masculino sobre o feminino resulta, entre outras nuances, na violência de gênero. Sobre sua definição: “[...] na Convenção de Belém do Pará (1994), segundo a qual a violência contra a mulher constitui “qualquer ação ou conduta, baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto no âmbito público como no privado” [...]. (Brasil, 2011, p. 19).

A violência contra as mulheres decorre de um processo histórico relacionado ao gênero, dos aspectos diretamente ligados entre si, considerando que “no Brasil, a violência é endêmica, atingindo, de um modo geral, todas as classes sociais, raças/etnias e gênero”, embora as mulheres negras e empobrecidas sejam as mais vulneráveis (Saffioti, 1987).

Considerando esse cenário, com altos índices de violência, especialmente no âmbito doméstico ou familiar, essa demanda tornou-se alvo de preocupação pela sociedade e pelo poder público, produzindo a busca por mecanismos de enfrentamento e também prevenção, que é imprescindível para o controle desta violência.

Destacamos que as ações voltadas para o enfrentamento e a prevenção da violência de gênero são relativamente recentes em nosso país, especialmente se considerarmos as condições concretas de vida das mulheres desde o período da colonização. A proposição e implementação dessas ações são resultado, em grande medida, das lutas protagonizadas pelas próprias mulheres.

Segundo Cisne e Santos (2018), foi na segunda metade do século XX que o feminismo se consolidou como sujeito coletivo de luta das mulheres em nosso país. Os anos de 1970 marcaram os movimentos feministas pelo reconhecimento de que a reivindicação da igualdade é impossível em um sistema patriarcal. O lema desse momento foi de que “o privado é político”. Para essa

autora, a novidade na trajetória das mulheres nos anos 1970-80 está não só no fato de saírem às ruas descobrindo seus direitos, mas no fato de terem descoberto seus corpos e suas experiências. A partir do mote “meu corpo me pertence”, as mulheres colocaram em evidência um sujeito em conflito com o sistema patriarcal, capitalista e racista.

Na esfera institucional, podemos mencionar alguns resultados dessas mobilizações ainda na década de 1980, como a criação de delegacias especiais de atendimento à mulher; a criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e certa representatividade de propostas para a Constituição de 1988 (Lisboa; Pinheiro, 2005).

No entanto, foi no início dos anos 2000 que essa discussão se tornou mais madura e sua institucionalização passou a reconfigurar a relação e o papel do Estado diante da violência de gênero. Em 2003 foi criada a Secretaria Especial de Políticas para Mulheres; em 2006 promulgada a Lei Maria da Penha, onde consta que serão asseguradas às mulheres as condições para o exercício dos direitos à vida, à segurança, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, à moradia, ao acesso à justiça, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária (Art. 3º).

A referida Lei traz como uma novidade importante o reconhecimento público de que a questão de gênero deve ser alvo de ações públicas, considerando todos os determinantes que atravessam a vida das mulheres. No Art. 5º, consta que configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial.

Diante do exposto, a função social da universidade se materializa em ações concretas que modificam a realidade social da comunidade em que se insere. Nesse aspecto, conhecer a realidade para intervir nela torna-se um pressuposto, assim como produzir conhecimento com a população e para a defesa dos interesses dos grupos marginalizados, violentados e/ou oprimidos.

As ações do serviço social no projeto de extensão “frente de prevenção à violência doméstica ou familiar contra as mulheres”

No fazer profissional da/do assistente social, as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa se articulam e formam uma unidade na sua particularidade (Guerra, 2017). A teórico-metodológica permite conhecer e analisar a realidade, indicar caminhos, estratégias e definir o instrumental técnico-operativo que será utilizado, assim como identificar novas demandas profissionais; a dimensão ético-política possibilita avaliar prioridades, alternativas, projetar ações em função de valores e prioridades, e avaliar as consequências da ação. Já a dimensão técnico-operativa é a “forma de aparecer” da profissão, na “dimensão” pela qual a profissão é conhecida e reconhecida (Santos; Souza Filho; Backx, 2017).

Nesse sentido, a atuação profissional é um processo que envolve conhecer a realidade para intervir nela, por isso a extensão universitária, ao se alicerçar no tripé ensino-pesquisa-extensão, se constitui em um espaço de atuação do Serviço Social, que procura manter a unidade também entre as dimensões da profissão.

No início das atividades do projeto de extensão foram realizados encontros de discussão sobre os temas: extensão universitária, violência contra mulheres e trabalho socioeducativo. Entre as ações de planejamento foram identificadas instituições parceiras que poderiam mediar o acesso ao público-alvo, sendo realizadas reuniões, visitas institucionais e diálogo sobre as características do grupo de mulheres da instituição.

Após fazer esse reconhecimento da realidade a ser trabalhada e dos conhecimentos teóricos que a envolvem, o Serviço Social, junto com a equipe, construiu meios e instrumentos para intervir em conjunto com o público. Esses meios e instrumentos se conectam com a perspectiva ético-política e aos princípios do Código de Ética do/a Assistente Social, especialmente o “reconhecimento da liberdade como valor ético central”, a “defesa dos direitos humanos”, a “ampliação da cidadania”, e o “empenho na eliminação de todas as formas de preconceito” (CFESS, 1993).

Para as ações do projeto de extensão, é fundamental a articulação e interação entre a equipe em uma perspectiva interdisciplinar, no âmbito das quais os diversificados saberes vinculados às distintas formações profissionais possibilitem uma visão mais ampliada e uma compreensão mais consistente dos processos sociais, na busca de estratégias de proposição e intervenção.

De acordo com Maciel (2020), é indispensável, ainda, entender que o trabalho interdisciplinar não afasta as especificidades de atuação de cada área profissional. Pelo contrário, aproxima as profissões para conhecimento da totalidade e respeito de uma área para com a outra.

Há de se reconhecer que o conjunto de particularidades presente no contexto dos sujeitos, para os quais são direcionadas as ações do projeto, requer uma percepção ampla do contexto social e dos fatores determinantes. É, portanto:

[...] a esse desafio que a interdisciplinaridade deve responder. Não só em extensão, mas também em profundidade em todas as dimensões da educação [] A vida é complexa, assim como a educação, e as abordagens devem esforçar-se para dar conta dessa complexidade (Silva, 2014, p. 33).

Essa aproximação com a realidade reforça uma dimensão mais ampla do trabalho do/a assistente social no âmbito da extensão. Busca-se apreender o contexto no qual os sujeitos estão inseridos, entendendo que a educação e as instituições escolares não são instâncias desvinculadas dos processos societários que particularizam a sociedade de classes, mas sim constituem estas a partir de funções sociais necessárias à manutenção e continuidade de suas formas de produzir a própria existência (Maciel, 2020).

Com objetivo de direcionar a equipe interdisciplinar para o atendimento dos objetivos do projeto de extensão, e ao mesmo tempo respeitar as áreas de formação, todas as integrantes construíram um plano de trabalho contendo duas partes. A primeira, com os objetivos, finalidade, público-alvo e demandas do projeto de extensão; e a segunda, com elementos constitutivos das áreas: como objetivos, princípios éticos, atribuições, metodologias e mecanismo de monitoramento e avaliação.

Por exemplo, enquanto o foco do Serviço Social são as relações sociais de gênero, os direitos sociais das mulheres e a rede de enfrentamento às violências, a Psicologia tem se direcionado para a discussão sobre os tipos de violência e o ciclo da violência contra as mulheres. Já o Direito atua no debate sobre a construção das legislações na área, bem como as suas garantias.

Todas as ações realizadas pelo projeto são estudadas, discutidas e definidas pela equipe interdisciplinar, respeitando a pluralidade e o conhecimento crítico sobre a realidade social, bem como o processo de intervenção na perspectiva da educação popular e da interação dialógica, conforme previsto nas diretrizes da extensão universitária.

Nas oficinas socioeducativas, a roda de conversa é um instrumento voltado a estimular a troca de experiências entre os(as) participantes e a equipe do projeto. Um dos mecanismos utilizados para aproximação às percepções dos(as) participantes é o uso do chamado “objeto da palavra”, que simboliza o poder de fala e pode ser compartilhado entre todos(as). O objeto trata-se

de uma colher de cozinha, escolhida com o objetivo de ressignificar a frase popular “em briga de marido e mulher não se mete a colher”. No início da oficina a equipe apresenta o objeto e o compartilha para que todos(as) exerçam o poder da fala. Ao longo da ação qualquer pessoa pode solicitar o objeto da palavra e falar sobre os temas abordados, fazer perguntas ou comentários.

Outro mecanismo utilizado pela equipe é uma dinâmica que visa a participação e reflexão sobre a realidade, fazendo o uso de imagens e frases reflexivas. As imagens são fotos que apresentam homens fazendo atividades que foram historicamente naturalizadas como atividades femininas, como, por exemplo, os serviços domésticos e o cuidado com as crianças. As frases apresentam um teor machista e são comumente direcionadas às mulheres, mas na dinâmica são trazidas para o contexto dos homens (por exemplo: “homem não sabe jogar futebol”, “homem no volante, perigo constante”, “homem de boca suja é horrível”) justamente para gerar a reflexão entre o grupo.

A dimensão socioeducativa do Serviço Social possibilita imprimir uma direção social ao trabalho, nesse caso voltado a fortalecer as lutas e os projetos societários que defendem uma sociedade sem opressão e exploração de gênero, classe e raça. Todas as ações do projeto de extensão na comunidade possuem um viés educativo, pois interferem nos modos de pensar e agir no mundo das participantes.

Entre as competências do Serviço Social, previstas na Lei de regulamentação da profissão, destacamos: elaborar, executar e avaliar projetos; orientar grupos a identificar recursos e fazer uso dos mesmos; e, realizar pesquisas (Brasil, 1993). Competências essas que são desenvolvidas pela assistente social no projeto de extensão e podem ser observadas pelas estudantes da área. Para demonstrar esse processo de trabalho, apresentamos a seguir uma ação desenvolvida pela equipe coordenada pelo Serviço Social.

No dia 25 de março de 2022, o projeto realizou uma ação com o grupo de mulheres do Serviço de Atendimento Integral à Família do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) - Industrial do município de Guarapuava. A oficina socioeducativa, na modalidade roda de conversa, teve como tema os papéis sociais de homens e de mulheres, as desigualdades de gênero e as cinco formas da violência doméstica ou familiar previstas na Lei Maria da Penha. Também foram apresentados os serviços da rede de atendimento e proteção a mulheres em situação de violência no município e mecanismos de denúncias. No diálogo foram utilizadas imagens e um vídeo. Sempre priorizando a participação das mulheres.

A equipe mediadora da roda de conversa foi composta pelas bolsistas das três áreas de atuação do projeto, sendo elas Direito, Psicologia e Serviço Social. O grupo contou com 19 pessoas, incluindo algumas crianças que acompanhavam as mulheres. A atividade aconteceu conforme o planejado, passando por etapas previamente organizadas. Depois da breve apresentação da equipe e das participantes, o grupo iniciou com a exposição de fotos que remetem aos homens exercendo trabalho doméstico e de cuidados. Após, foi exposto o vídeo que tratava das desigualdades de gênero existentes na sociedade e os de exposição sobre os tipos de violência e o ciclo de violência contra as mulheres, o fluxo de atendimento da rede e avaliação final. A avaliação final teve como resultado 15 avaliações como sendo ótimo e 4 bom.

O quadro abaixo apresenta a demanda, as ações, os instrumentos, os procedimentos e as técnicas utilizados nessa ação socioeducativa, tendo como referência o texto de Trindade (2017):

Quadro 01 - Síntese da intervenção do Serviço Social no Projeto Frente de Prevenção realizada no CRAS 1 em Guarapuava -PR, 2022

Demanda (s)	Objetivo (s)	Ação (es)	Procedimento (s)	Instrumento (s)	Técnica (s)
<p>- Aumento de 17% do número de denúncias de violência contra as mulheres de 2021 a 2022.⁵</p> <p>- Necessidade de refletir sobre os papéis sociais de gênero.</p> <p>- Necessidade de divulgação dos serviços prestados às mulheres em situação de violência.</p>	<p>- Construir espaço de diálogo sobre a violência contra mulheres e os papéis sociais de gênero.</p> <p>- Orientar sobre os direitos das mulheres.</p>	<p>- Planejar/organizar o grupo socioeducativo.</p> <p>- Dialogar com as mulheres sobre a violência e os papéis sociais de gênero.</p> <p>- Socializar informações acerca da Lei Maria da Penha, o ciclo e as formas de violência e o fluxograma de atendimento no município de Guarapuava.</p> <p>- Ouvir e orientar.</p> <p>- Avaliar as atividades desenvolvidas.</p>	<p>Foi feito o contato com a instituição. Após ter sido acordada a ação com o grupo de mulheres, a equipe realizou reuniões para planejar a ação. No dia, a equipe chegou ao local com antecedência e preparou os materiais utilizados. Em formato de roda de conversa foi proposta ao grupo a discussão sobre os papéis de gênero e os motivos que fazem com que as mulheres sejam inferiorizadas na sociedade. A equipe utilizou imagens e um vídeo. Com linguagem acessível ao público-alvo, valorizou a participação de todas. Após, foram expostas informações e orientações sobre a Lei Maria da Penha, as cinco formas de violência previstas na lei e os números de telefone, locais e serviços disponíveis em casos de violência. No final da ação foi distribuída uma avaliação para cada participante.</p>	<p>- Planejamento.</p> <p>- Oficinas na modalidade roda de conversa.</p> <p>- Avaliação.</p> <p>- Registro.</p>	<p>- Técnicas de pesquisa para elaboração do roteiro e dos registros da ação.</p> <p>- Utilização de recursos audiovisuais.</p> <p>- Dinâmica de grupo.</p> <p>- Registro da percepção da equipe sobre a ação.</p>

Fonte: Registros do Projeto “Frente de Prevenção à Violência Doméstica ou Familiar Contra as Mulheres” (2022).
Organização: Nastácia Pcheke.

Na execução das atividades alguns fatores que interferiram na ação socioeducativa foram percebidos pela equipe. Por exemplo, o fato das(os) profissionais do local, aparentemente, não terem divulgado a ação previamente às usuárias, o que dificultou a abordagem, uma vez que as usuárias se mostraram surpreendidas com a temática. Outro aspecto que interferiu na ação foi a ausência de vínculo da equipe do projeto de extensão com o grupo do CRAS. Um outro fator observado foi a presença das crianças, uma vez que a maioria das mulheres são mães solo ou as principais responsáveis por seus filhos/as, não contando com serviços públicos de atendimento das crianças, bem como de uma rede de apoio que possibilitasse estarem ali sem os mesmos. Isso fez a equipe constatar a falta de atividades voltadas para as crianças para que as mulheres se sintam mais confortáveis durante a roda de conversa. Também foi identificado a importância da organização prévia do espaço. Ter um espaço organizado influencia no acolhimento das usuárias e contribui com a participação delas na ação socioeducativa.

A atuação profissional do Serviço Social na extensão universitária tem muitos desafios, e as condições objetivas de trabalho é um deles. Depende das instituições o acesso ao público-alvo,

⁵De janeiro a setembro de 2022, Guarapuava registrou 2.275 denúncias de violência contra as mulheres. Comparando com o mesmo período do ano anterior, o aumento foi de 17%. (RSN, 2023).

a disponibilização de local apropriado para as ações serem realizadas e os materiais necessários. Por outro lado, a relação com o ensino e a pesquisa possibilita sempre estar renovando a prática profissional, aprimorando e melhorando as ações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A universidade concretiza a sua função social ao realizar a extensão, se esse pilar romper barreiras, construir pontes e possibilitar a troca de conhecimentos e experiências entre professores (as), estudantes, servidores e comunidade em geral. Para isso são muitos os desafios a serem enfrentados, desde o caráter elitista, que historicamente acompanhou as universidades públicas brasileiras, as resistências por mudanças de metodologias tradicionais de ensino, até a identificação da comunidade como um objeto de ação.

Outro desafio a ser enfrentando é a precarização do ensino superior em curso no Estado do Paraná, desde a aprovação da Lei Geral das Universidades - LGU em 2021 (Lei 20.933/2021), estão sendo implementadas políticas de redução de custos nas Universidades, bem como o aumento de carga horária docente em sala de aula. Medidas que impactam na extensão universitária, como um desestímulo, em um contexto em que a extensão já possui pouca valorização na carreira docente e pouco investimento, considerando a proporção em relação com o ensino e a pesquisa.

Em relação ao Serviço Social, a profissão possui um processo de formação crítico e comprometido com as demandas sociais das comunidades, isso faz com que fortaleça a perspectiva crítica da extensão universitária e as diretrizes presentes na Política Nacional de Extensão.

A extensão torna-se, assim, um espaço privilegiado de formação e aprimoramento profissional de estudantes e profissionais que desenvolvem habilidades de análise crítica da realidade social, de construção de metodologias e instrumentos de intervenção e de comunicação, de escuta e orientação social, atuando na identificação de demandas, construção de processos de planejamento, monitoramento e avaliação.

Além disso, percebendo e vivenciando correlações de forças nas instituições e na universidade, há necessidade de criar estratégias de atuação e articulação política visando a garantia de direitos. Isso, especialmente, quando a discussão de gênero é dificultada, evitada e até mesmo restrita devido ao conservadorismo, ao machismo, ao patriarcado.

As condições de realização da extensão universitária nem sempre são as ideais, pois ainda carecem de investimentos públicos, como o apoio aos extensionistas, com transporte e alimentação, por exemplo. Mas também em meios desburocratizados de acesso a materiais didáticos e equipamentos para as ações.

Em relação às ações realizadas pelo Projeto Frente de Prevenção à Violência Doméstica ou Familiar contra as Mulheres da Unicentro, pode-se perceber a importância da discussão do tema da violência de gênero no trabalho com as mulheres nos grupos, pois durante e após a intervenção das extensionistas foram aparecendo nuances de estereótipos de gênero e padrões sexistas no diálogo com as mulheres, oportunizando a desconstrução dos mesmos, além de encaminhamentos para a rede, que também aconteceram durante outros trabalhos em grupo.

Portanto, a experiência do Projeto Frente de Prevenção tem evidenciado que o trabalho socioeducativo com grupos é uma estratégia importante para o enfrentamento da violência contra as mulheres, que deve acontecer por meio da troca de conhecimentos, experiências e vivências, bem como na construção coletiva de alternativas frente as dificuldades enfrentadas.

REFERÊNCIAS

- BIROLI, F. **Gênero e desigualdades: os limites da democracia no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018.
- BRASIL. **Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres, 2011**. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/entenda-a-violencia/pdfs/politica-nacional-de-enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres>. Acesso em: 17 jan.. 2023.
- BRASIL. **Lei nº 11.340 de 07 de agosto de 2006**. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm. Acesso em: 20 out. 2023.
- BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em 08 fev. 2024.
- BRASIL. **Lei no 8.662, de 7 de junho de 1993**. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8662.htm. Acesso em: 17 jan. 2023.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 08 fev. 2024.
- BUENO, N.C.; SIQUEIRA, R.; ABREU, A. C.. Ações extensionistas de prevenção ao feminicídio em Guarapuava/PR. In: **Congresso Brasileiro de Sociologia**, 21, 2023, Belém. **Anais [...]**, Belém, 2023.
- CERQUEIRA, D. *et al.* **Atlas da Violência 2021**. São Paulo: FBSP, 2021.
- CFESS - Conselho Federal de Serviço Social. **Código de Ética do Assistente Social [1993]**. Disponível em: https://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf. Acesso em: 20 out. 2023.
- CISNE, M.; SANTOS, S.M.M. dos. **Feminismo, diversidade sexual e Serviço Social**. v.8. São Paulo: Cortez, 2018.
- FORPROEX, **Política Nacional de Extensão Universitária**. Manaus, maio de 2012.
- FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** 8 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- GADOTTI, M. **Extensão Universitária: Para quê?** 2017. Disponível em: https://www.paulofreire.org/images/pdfs/Extens%C3%A3o_Universit%C3%A1ria_-_Moacir_Gadotti_fevereiro_2017. Acesso em: 17 jan.. 2023.
- GUERRA, Y. A dimensão técnico-operativa do exercício profissional. In: SANTOS, C. M. dos; BACKX, S.; GUERRA, Y. (Orgs.) **A dimensão técnico operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos**. 3 ed. Editora: Cortez, São Paulo, 2017. p.49-76 .
- HOOKS, B. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras**. Trad. Bhuvi Libanio. 14 ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020.
- KOLOGY A. O retrato do extensionismo no Setor de Sociais Aplicadas e Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual do Centro Oeste. In: KOLOGY A. BELÉM D. J. A. N. (Orgs.). **Extensão em perspectiva**. Guarapuava: Editora Unicentro, 2019.
- LISBOA, T. K.; PINHEIRO, E.A. A intervenção do Serviço Social junto à questão da violência contra a mulher. **Revista Katálysis**. v. 8 n. 2. Florianópolis SC: 2005. p.199-2010.

MACIEL, D. E. **Serviço social na educação superior**: reflexões sobre o trabalho do/a assistente social nas universidades estaduais do Paraná. 2020. Dissertação (Mestrado em Serviço Social), Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2020.

NOGUEIRA, M. das D. P. (Org.). **Extensão universitária**: diretrizes conceituais e políticas. Documentos básicos do Fórum Nacional de Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras 1987 - 2000. Belo Horizonte: PROEX/UFMG; Fórum, 2000.

PARANÁ, Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. NUMAPE. Disponível em: <https://www.seti.pr.gov.br/numape>. Acesso em: 20 out. 2023.

RSN, Rede Sul de Notícias. **Guarapuava teve aumento de 17% em casos de violência contra a mulher**. Disponível em: <https://redesuldenoticias.com.br/noticias/guarapuava-teve-aumento-de-17-em-casos-de-violencia-contr-a-mulher/#:~:text=Quando%20considerado%20apenas%20viol%C3%Aancia%20dom%C3%A9stica,2021%20contra%202.275%20em%202022>. Acesso em: 08 fev. 2024.

SAFFIOTI, H. I. B. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SAFFIOTI, H. I. B. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SPPM, Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres. **Plano Municipal de Políticas Públicas para Mulheres** - 2016/2026. Não publicado.

SONEGO, C; KOLODY, A. A extensão universitária como espaço para a formação profissional no Serviço Social. In: CONGRESSO PARANAENSE DE ASSISTENTES SOCIAIS, 5, 2012. Foz do Iguaçu. **Anais [...]** Foz do Iguaçu, 2012.

SANTOS, C. M. dos. SOUZA FILHO, R. BACKX, S. A dimensão técnico-operativa do Serviço Social: questões para reflexão. In: SANTOS, C. M. dos; BACKX, S.; GUERRA, Y. (Orgs.) **A dimensão técnico operativa no Serviço Social**: desafios contemporâneos. 3 ed. Editora: Cortez, São Paulo, 2017. p.25-48.

SILVA, M. M. J. O lugar do Serviço Social na educação. In. SILVA, M. M. J. (Org.). **Serviço Social na Educação**: teoria e prática. 2. ed. Campinas, SP: Papel Social, 2014. p.23-40

SOUSA, A. L. L.. **A história da extensão universitária**. Campinas, SP: Alínea, 2000.

TRINDADE, R. L. P. Ações profissionais, procedimentos e instrumentos no trabalho dos assistentes sociais nas políticas sociais. SANTOS, C. M. dos; BACKX, S.; GUERRA, Y. (Orgs.) **A dimensão técnico operativa no Serviço Social**: desafios contemporâneos. 3 ed. Editora: Cortez, São Paulo, 2017.

UNICENTRO - Universidade Estadual do Centro-Oeste. **Resolução nº 003-CONSET/SESA/G/ UNICENTRO, de 01 de março de 2023**. Aprova o relatório final do projeto de extensão “Frente de prevenção à violência doméstica ou familiar contra mulheres”, e dá outras providências. Guarapuava, Unicentro, 2023.

UNICENTRO - Universidade Estadual do Centro-Oeste. **Resolução nº 001-CONSET/SESA/G/ UNICENTRO, de 18 de fevereiro de 2022**. Aprova o Projeto de Extensão “Frente de Prevenção à violência Doméstica ou familiar contra Mulheres”, na modalidade de Prestação de Serviço Extensionista, e dá outras providências. Guarapuava, Unicentro, 2022.